

O TRABALHO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS-PORTUGUÊS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.

Autores: Sônia Aparecida Leal Vítor Romeiro
Isabella Noceli de Oliveira
Carla Couto de Paula Silvério
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo

O objetivo desse trabalho é conhecer as realidades vivenciadas pelos tradutores e intérpretes de Libras-Português (TILSP) nas universidades federais brasileiras, bem como mapear as diferentes atividades realizadas por esse profissional nesse ambiente. Para tal, abordamos a sua trajetória profissional (QUADROS, 2004; PEREIRA, 2008) e sua constituição profissional (LACERDA, 2009; SANTOS, 2010), bem como os documentos legislativos e normativos que tratam da formação e do cargo ocupado pelo TILSP nas universidades. A coleta de dados se deu, em um primeiro momento, por meio da ferramenta eletrônica e-SIC e, posteriormente, através de questionário enviado aos TILSP. A pesquisa evidenciou diversas incoerências entre a legislação e os documentos que definem o cargo. Tais documentos regem sobre a formação, atribuição das funções e os nomes para o cargo e estão incongruentes com o reconhecimento oficial da Libras e as exigências do Decreto no que tange à formação. Assim, consideramos urgente uma discussão sobre a situação dos TILSP que atuam nas universidades federais e as contradições em torno de seu cargo.

Introdução

Desde a regulamentação da Libras, a contratação de tradutores e intérpretes de Libras-Português (TILSP) pelas universidades federais brasileiras tem aumentado consideravelmente. Apesar de a universidade ser um ambiente educacional, nesse ambiente a atuação do TILSP transcende a sala de aula devido às diversas demandas desse contexto.

Abordando sua trajetória profissional e levando em consideração as conquistas profissionais, acadêmicas e políticas, este trabalho busca mostrar o resultado de uma pesquisa que levantou a realidade de trabalho vivenciada por este profissional nas universidades federais, bem como as atividades desempenhadas nesse ambiente.

Breve histórico da profissão de tradutor e intérprete de Libras-Português

Especula-se que o início do trabalho de intérpretes de línguas de sinais tenha se dado dentro do âmbito familiar, estendendo-se para o contexto religioso e finalmente o educacional (PEREIRA, 2008). Assim como os tradutores e intérpretes de línguas orais, os TILSP se formavam (e ainda se formam) durante o serviço, aprendendo a língua (seja no seio familiar, na igreja ou em cursos de Libras) e aprendendo a interpretar (QUADROS, 2004; PEREIRA, 2008; LACERDA 2009).

Para atenderem a uma crescente demanda de formação surgem, no final da década de 1980 e início da década de 1990, os cursos livres ou de capacitação organizados por associações de surdos e ou pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Já nos anos 2000, a formação de TILSP encontra amparo legal com a promulgação do Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei n. 10.436/02.

A profissão de TILSP é regulamentada em setembro de 2010 pela Lei n. 12.319, o que reflete uma possível consolidação profissional. Essa consolidação pode ser associada ao reconhecimento das línguas de sinais e à participação da comunidade surda nas diversas esferas da sociedade (LACERDA, 2009) e à organização política, como a criação de associações, e o reconhecimento acadêmico (SANTOS, 2010).

Levando em consideração a construção (e uma possível consolidação) da figura profissional do TILSP posterior às leis acima citadas e à organização política desse grupo, passamos agora a delimitar nossa reflexão às vivências desse profissional no ambiente das universidades federais brasileiras na atualidade.¹

O Cargo de Tradutor e Intérprete nas universidades federais

Uma das formas de viabilizar o acesso do surdo à educação, em todos os níveis, é a inclusão de TILSP nos quadros das instituições. O TILSP em cooperação com o professor negocia a construção de sentidos no estabelecimento e na manutenção da interação entre os participantes da turma: alunos, surdos e ouvintes, e professor (QUADROS, 2004; LACERDA 2009). A configuração deste trabalho no ensino superior, no entanto, sofrerá várias modificações considerando as diversas demandas deste ambiente.

O cargo ocupado pelo TILSP nas instituições federais de ensino superior recebe o nome de “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais”, e é um cargo de técnico-administrativo em educação, com nível de classificação D, isto é, com exigência de formação em nível médio². Sua função deve obedecer ao que está previsto no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), segundo o qual o TILSP deverá: “traduzir e interpretar artigos, livros, textos diversos [...] bem como traduzir e interpretar [...] palestras,

¹ Por ser a realidade em que os autores deste trabalho se encontram, optamos por fazer o levantamento somente das universidades federais (com exceção das universidades federais tecnológicas).

² De acordo com a portaria n. 475, de 26 de agosto de 1987, existe o cargo Tradutor e Intérprete, nível de classificação E, cujo requisito para contratação é a formação em nível superior. As atividades são as mesmas tipicamente realizadas pelos tradutores e intérpretes de língua de sinais.

atividades didático pedagógicas [...]. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2005, p. 98).

A constituição do trabalho do TILSP e de suas possíveis atividades neste ambiente é ainda bastante recente. Em encontros informais com vários TILSP, algumas situações nos chamaram a atenção, tornando evidente a importância de se investigar mais a fundo sobre as reais funções e as atividades desenvolvidas nessas instituições. Vários relatos nos levaram a acreditar numa certa situação de acolhimento inadequado desses profissionais por parte das instituições, que cumprem a lei contratando tal profissional, mas não compreendem ainda sua função e, apesar de existir um documento que orienta o trabalho deste profissional, as instituições não definem o que o TILSP deve fazer, onde deve atuar e, em caso de não haver surdos, qual atividade deve desenvolver.

Diante deste cenário, o objetivo deste trabalho é fazer um levantamento das realidades vivenciadas pelo TILSP nas universidades federais brasileiras e mapear as diferentes atividades desenvolvidas por eles nesse ambiente. Além disso, queremos fomentar uma reflexão a respeito das incongruências dos documentos normativos sobre a formação para atuação desse profissional nesse nível de ensino.

Metodologia

Considerando o objetivo deste trabalho, a coleta de dados aconteceu em quatro momentos diferentes, sendo que, para os três primeiros momentos, nós utilizamos o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)³: (1) fizemos um levantamento de quantas universidades federais existem atualmente no Brasil; (2) fizemos um levantamento de quantas e quais destas instituições tinham TILSP em seu quadro de funcionários (concursados e contratados), até janeiro de 2014; (3) fizemos um levantamento, do endereço de *e-mail* dos TILSP das universidades que responderam ter este profissional em seus quadros; e (4), enviamos um questionário com 11 perguntas (10 fechadas e 1 aberta) para cada um destes TILSP através do correio eletrônico e via BraILS⁴. As questões propostas nesse questionário

³ O e-SIC é um sistema, situado na internet, para as solicitações e respostas no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), que centraliza todos os pedidos de informação amparados pela Lei que forem dirigidos ao Poder Executivo Federal, suas respectivas vinculadas e empresas estatais (disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/>, acesso em 02/07/2011).

⁴ O BrasILS é uma lista de discussão entre intérpretes e tradutores de Libras-Português, sob o domínio do *Yahoo!* que, dentre outros objetivos, visa debater assuntos relativos à categoria bem como promover o contato entre estes profissionais. Disponível em <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/brasils/info>, acesso em 08/07/2011.

estavam relacionadas ao tempo de trabalho na instituição, nível de classificação, formação, unidades de lotação e atividades desenvolvidas na instituição.

Apresentação e análise dos dados

De acordo com os dados obtidos, existem atualmente no Brasil 58 universidades federais. Destas, 26 declararam haver TILSP em seu quadro de funcionários (concursados e/ ou contratados). O levantamento da quantidade total de TILSP apontou que 122 TILSP foram contratados nestas instituições até janeiro de 2014. Após o envio do questionário, aguardamos 3 meses para que os TILSP enviassem as respostas, sendo que, 41 TILSP devolveram o questionário respondido.

Em relação ao tempo de posse ou contratação, a pesquisa revelou que 39% TILSP estão trabalhando há até 1 ano na instituição, outros 39% disseram ter entre 1 ano e 3 anos, 17% responderam ter entre 3 e 5 anos, 2% declarou ter mais de 5 anos, e 2% não declarou.

De acordo com o Decreto, a partir de 1 ano de sua publicação, as instituições federais de ensino devem incluir o TILSP em seus quadros. De acordo com os dados obtidos, percebemos uma considerável procrastinação na contratação desses profissionais. O documento fala “a partir de 1 ano”, mas não estabelece o prazo máximo. Nesse sentido, ficam algumas perguntas: há algum órgão fiscalizando se essa medida está sendo cumprida? Existe alguma sanção para a universidade que não tem intérpretes contratados?

Sobre o nível de classificação 71% TILSP declararam serem do nível D e 10% declararam atuar no nível E (no cargo de Tradutor e Intérprete). Os outros 19% não declararam ou não têm um nível definido.

Aqui podemos perceber que existem duas realidades: TILSP atuando no nível E, com exigência de formação em nível superior (em conformidade com o Decreto) e TILSP atuando no nível D, com exigência de formação em nível médio. Esse resultado apresenta uma incoerência com o que foi estabelecido no Decreto e o que está estabelecido no PCCTAE: enquanto no PCCTAE as vagas para TILSP são destinadas para o cargo de nível D, o Decreto estabelece no capítulo V, artigo 19, item 1 do Decreto que para atuação no nível médio e superior a formação do TILSP deve ser em nível superior.

Ainda no que diz respeito à formação, a pesquisa revelou que 95% TILSP possuem formação no nível superior e 5% no nível médio. Dos que declararam terem nível superior, temos mais

duas informações importantes: a área de formação e a inserção na pós-graduação. Dos que declararam serem formados no nível superior, encontramos a formação nas seguintes áreas: 33% TILSP declararam serem formados em Letras, com habilitação em Libras, 13%, declararam serem formados em Letras (não declararam em qual a língua que se habilitaram), 46% somaram outras áreas de formação e 8% não declararam. Em relação à inserção na pós-graduação, 20% declararam estar no mestrado.

Mesmo que as vagas destinadas para os TILSP sejam a do nível de classificação D, que exigem formação em nível médio, percebemos que a maioria dos TILSP entrevistados possui formação em nível superior. Esse é um dado bastante relevante, pois a preocupação com a formação que tem relação com a constituição profissional do TILSP, uma vez que a formação fornece recursos para a prática, além de legitimar a atuação, pois permite visibilidade profissional e a saída da informalidade (ROSA, 2006; SANTOS, 2010). No entanto, tal preocupação não encontra eco nos documentos oficiais que instituem o cargo.

Em relação às unidades de lotação dos TILSP, verificou-se que 32% TILSP estão lotados em núcleos de acessibilidade, 17% em faculdades de Letras, 2% em núcleos de intérpretes, 15% em pró-reitorias de graduação e 34% em outros núcleos.

As unidades⁵ desempenham atividades de acordo com as funções que lhe são atribuídas, essas funções, por sua vez, norteiam os objetivos a serem alcançados pelos servidores nela lotados. Será que existe uma unidade mais adequada para lotação dos TILSP? É preciso verificar quais as atribuições de cada unidade para, a partir disso, discutir se existe uma unidade mais apropriada para lotação de TILSP. O que é importante nessa situação é refletirmos sobre a importância de que os TILSP sejam lotados em unidades que promovam o trabalho de maneira a contribuírem com o acesso de surdos à universidade numa perspectiva linguístico-cultural.

Em relação às principais atividades desenvolvidas pelos TILSP, propomos no questionário um grupo com 9 atividades⁶, e pedimos para que marcassem qual a atividade que já desenvolveu ou que desenvolve na instituição. Devido à limitação de espaço neste trabalho, vamos

⁵ A unidade de lotação é o local na instituição onde o servidor é efetivo, podendo atuar somente em sua unidade ou estar em exercício em outras unidades.

⁶ As atividades propostas no questionário foram: interpretação em sala de aula (graduação, especialização, mestrado, doutorado); interpretação em cursos e/ ou projetos de extensão, interpretação em simpósios, conferências e similares; interpretação no atendimento de balcão ao público surdo (externo ou interno); interpretação e tradução nos processos seletivos (vestibular, concursos, etc); tradução de material didático ou produtos midiáticos; interpretação em reuniões de colegiados e similares, interpretação em defesas (TCC, Mestrado, Doutorado) e participação em pesquisas e/ ou grupo de estudos.

apresentar somente três atividades: a atividade mais citada foi interpretação em simpósios, conferências e similares, sendo marcada por 92,6% TILSP, seguida de interpretação em sala de aula (graduação, especialização, mestrado e doutorado), marcada por 82,9% TILSP. A atividade menos marcada foi a participação em pesquisa e/ ou grupo de estudos tendo sido citada por 53,6% dos TILSP.

Além destas atividades, perguntamos qual atividade não tinha sido contemplada na lista. Apareceram mais 32 atividades diferentes das que foram propostas. Sendo que dessas, 4 atividades estavam relacionadas com trabalho específico de acessibilidade e inclusão, 1 atividade descrita como “transcrição de textos de surdos para o português”, 1 descrita como “atividade administrativa” (não especificada), 1 atividade com pagamento de bolsa, 1 atividade de assessoria acadêmica, 1 atividade de promoção de eventos (também não especificada), 1 atividade de serviço de biblioteca (reposição de livros), e as outras 22 de interpretação e tradução.

Na pergunta aberta, os TILSP deixaram evidente que a interpretação em sala de aula deveria ser a principal atividade desempenhada na universidade. Muitos TILSP também entendem que a acessibilidade deve ser o foco das atividades desempenhadas por eles (seja em sala de aula, seja acompanhando os surdos, seja trabalhando com tradução de diversos tipos de material). Eles também explicitaram a vontade de trabalhar com pesquisa e extensão. E, apesar de a pergunta tratar de qual atividade eles consideram que deve ser desempenhada pelos TILSP neste ambiente, muitos fizeram menção da adequação à formação ao nível de ensino onde atua, ao respeito às atividades que atendam às funções do cargo e ao comprometimento político com da categoria.

A análise dos dados do questionário possibilitou então o desenho da seguinte realidade profissional vivenciada pelos TILSP nas universidades federais: (i) a maioria são profissionais concursados, que atuam há pouco mais de um ano, com formação em nível superior, ocupando o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais (de nível de classificação D, cuja formação exigida é nível médio); (ii) trabalham principalmente com interpretação em simpósios e conferências, seguida da interpretação em sala de aula, e ainda alguns profissionais encontram-se em desvio de função (levando em consideração as atribuições do cargo estabelecidas no PCCTAE); (iii) os TILSP entendem que devem promover a acessibilidade em sala de aula, além de quererem estar envolvidos com extensão e pesquisa.

Considerações finais

Notam-se incoerências entre a legislação e os documentos que definem o cargo. Tais documentos regem sobre a formação, atribuição das funções e os nomes para o cargo e estão incongruentes com o reconhecimento oficial da Libras e as exigências do Decreto no que tange à formação. Assim, consideramos urgente uma discussão sobre a situação dos TILSP que atuam nas universidades federais e as contradições em torno de seu cargo.

É preciso refletir sobre a importância da adequação do cargo às exigências do trabalho neste ambiente, que é principalmente tradução e interpretação de conteúdos de nível superior. Não basta que as instituições se organizem para cumprirem as exigências do Decreto no que tange a inclusão dos TILSP em seus quadros, tendo como requisito para contratação, formação em nível médio. As implicações desta inadequação são muito sérias podendo levar ao comprometimento do acesso do surdo à universidade.

Referências bibliográficas:

BRASIL. *Portaria n. 475, de 26 de agosto de 1987*. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/prorh/files/2008/09/portariamec47587.pdf>> (acesso em 22/07/2014).

BRASIL. *Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação*. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/cis/descricao-dos-cargos-do-pcctae/nivel-d/view>>, (acesso em 22/07/2014)

BRASIL. *Decreto n. 5.626*. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm (acesso em 22/07/2014)

LACERDA, C. B. F. *Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre. Mediação: 2009.

PEREIRA, M. C. P. Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/8231/7587>> (acesso em 25/10/11)

QUADROS, R. M. de. *O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa*. Secretaria de Educação de Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

ROSA, A. da S. *Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete*. Campinas. Arara Azul: 2005.

SANTOS, S. A. Tradução e interpretação de língua de Sinais: deslocamentos nos processos de Formação acadêmica e profissional. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 145-164, 2010. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p145>> (acesso em 22/07/2014)